

No. 40176

**Brazil
and
Portugal**

**Agreement between the Federative Republic of Brazil and the Portuguese Republic
on the reciprocal employment of nationals. Lisbon, 11 July 2003**

Entry into force: *19 October 2003, in accordance with article 16*

Authentic text: *Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 3 May 2004*

**Brésil
et
Portugal**

**Accord entre la République fédérative du Brésil et la République portugaise relatif à
l'emploi réciproque de ressortissants. Lisbonne, 11 juillet 2003**

Entrée en vigueur : *19 octobre 2003, conformément à l'article 16*

Texte authentique : *portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 3 mai 2004*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A
REPUBLICA PORTUGUESA SOBRE CONTRATAÇÃO
RECÍPROCA DE NACIONAIS

A República Federativa do Brasil

e

A República Portuguesa,

adiante designadas como "Estados Contratantes",

Tendo em vista o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Porto Seguro, em 22 de Abril de 2000;

Desejando intensificar e estimular os laços de amizade e cooperação já existentes entre os dois povos;

Conscientes da necessidade de facilitar a circulação dos seus nacionais para prestação de trabalho no território dos Estados Contratantes;

Acordam o seguinte:

Artigo 1º

1. O presente Acordo aplica-se aos cidadãos da República Federativa do Brasil e da República Portuguesa, adiante designados como "nacionais" que, mediante contratos validados pelos órgãos competentes do Estado receptor, se desloquem ao

território deste Estado, por períodos limitados de tempo, para aí desenvolverem uma atividade profissional por conta de outrem.

2. Os nacionais de ambos os Estados Contratantes poderão ser contratados para todas as profissões cujo exercício não seja ou não esteja, permanente ou temporariamente, vedado a estrangeiros, nos termos da legislação em vigor no Estado receptor.

Artigo 2º

1. A tramitação de qualquer tipo de visto, de acordo com a legislação interna do Estado receptor, não deverá ultrapassar o período de sessenta (60) dias, contados a partir da instrução completa do processo.

2. Os vistos emitidos ao abrigo do número anterior poderão ser prorrogados no território do Estado receptor, nos termos da respectiva legislação interna.

Artigo 3º

A entrada, a permanência e o emprego de nacionais efetuados ao abrigo do presente Acordo serão regulados pela legislação em vigor no Estado receptor.

Artigo 4º

As autoridades responsáveis pela execução do presente acordo, adiante designadas como "órgãos competentes", são:

a) Na República Portuguesa:

o Ministério da Segurança Social e do Trabalho;

b) Na República Federativa do Brasil:

o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Justiça.

Artigo 5º

Os órgãos competentes trocarão entre si informação disponível sobre as oportunidades de trabalho e os setores de atividade em que as mesmas existam, bem como sobre as disponibilidades de mão-de-obra.

Artigo 6º

1. Aos nacionais de ambos os Estados Contratantes serão emitidos vistos adequados, nos termos da legislação em vigor no Estado receptor.
2. O fato de um nacional de um dos Estados Contratantes se encontrar no território do outro Estado Contratante à data da assinatura do presente Acordo é considerado razão atendível para a aceitação de um pedido de visto num posto consular de carreira fora da área da sua residência, desde que aí esteja em situação legal e tenha a sua permanência regularizada no Estado Contratante em que se encontra.

Artigo 7º

Os nacionais contratados poderão fazer-se acompanhar de elementos do seu núcleo familiar, nos termos da legislação em vigor no Estado receptor.

Artigo 8º

Os trabalhadores contratados ao abrigo do presente Acordo gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos às mesmas obrigações de natureza laboral em vigor para os trabalhadores nacionais do Estado receptor e da mesma proteção no que se refere à aplicação das leis relativas à higiene e à segurança do trabalho.

Artigo 9º

1. Os nacionais contratados ao abrigo do presente Acordo poderão transferir para o seu Estado de origem, em moeda livremente conversível, a remuneração

auferida no território do Estado receptor de acordo com a legislação em vigor neste Estado.

2. A importação e exportação de bens pessoais por parte do nacional serão efetuadas de acordo com a legislação em vigor em cada um dos Estados Contratantes.

Artigo 10

Os órgãos competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si informações sobre a legislação em vigor nas respectivas ordens internas relativa à entrada, permanência e contratação de cidadãos estrangeiros, bem como sobre direito laboral em geral.

Artigo 11

Os procedimentos relativos à execução do presente Acordo, no que respeita aos processos de recrutamento e seleção dos trabalhadores, observarão a legislação interna de cada Estado Contratante.

Artigo 12

Os Estados Contratantes adotarão os mecanismos administrativos necessários à execução do presente Acordo.

Artigo 13

1. Para assegurar a adequada execução do estabelecido no presente Acordo, nomeadamente o previsto nos artigos 2º, 3º, 6º, 11 e 12, e no espírito dos entendimentos alcançados nos trabalhos preparatórios, é criada uma Comissão Mista de alto nível, presidida por membros do Poder Executivo de cada um dos Estados Contratantes.

2. Os Estados Contratantes acordarão, por via diplomática, a data da realização da primeira reunião da referida Comissão, a qual terá lugar em Portugal, até 15 dias após a entrada em vigor do presente Acordo.

3. A Comissão reunir-se-á ainda, alternadamente, a cada seis meses no território de cada um dos Estados Contratantes.

Artigo 14

1. O presente Acordo vigorará por um período de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos sucessivos de um ano, salvo se algum dos Estados Contratantes o denunciar, por escrito e por via diplomática, com a antecedência mínima de seis (6) meses relativamente ao termo do respectivo período de vigência.

2. Os direitos adquiridos durante a vigência do Acordo, assim como os pedidos em tramitação, não serão afetados pela denúncia.

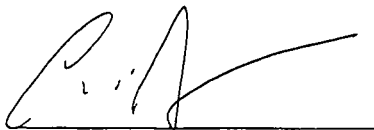
Artigo 15

O presente Acordo pode ser objeto de revisão, a pedido de qualquer dos Estados Contratantes. As alterações entrarão em vigor nos termos previstos no artigo 16.

Artigo 16

O presente Acordo entrará em vigor no trigésimo dia após a data da segunda notificação, por via diplomática, de que foram cumpridos os requisitos de direito interno, nos Estados Contratantes, necessários para o efeito.

Feito em Lisboa, em onze de julho de 2003, em dois originais em língua portuguesa, ambos fazendo igualmente fé.



PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL



PELA REPÚBLICA PORTUGUESA

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND
THE PORTUGUESE REPUBLIC ON THE RECIPROCAL EMPLOYMENT
OF NATIONALS

The Federative Republic of Brazil and the Portuguese Republic, hereinafter referred to as the "Contracting States",

Bearing in mind the Treaty on Friendship, Cooperation and Consultation between the Federative Republic of Brazil and the Portuguese Republic, signed at Porto Seguro, on 22 April 2000,

Desiring to strengthen and encourage the existing ties of friendship and cooperation between their two peoples, and

Aware of the need to facilitate the movement of their nationals for purposes of employment in the territory of the Contracting States,

Have agreed as follows:

Article 1

1. This Agreement shall apply to citizens of the Federative Republic of Brazil and of the Portuguese Republic, hereinafter referred to as "nationals", who, on the basis of contracts validated by the competent bodies of the receiving State, travel to the territory of the said State for limited periods of time in order to carry out a professional activity on the account of another party.

2. Nationals of the two Contracting States may be employed in any field in which foreigners are not permanently or temporarily prohibited from working under the provisions of the legislation in force in the receiving State.

Article 2

1. No visa of any kind shall be issued in accordance with the domestic law of the receiving State for a period greater than 60 (sixty) days from the date of completion of the required procedures.

2. Visas issued pursuant to the preceding paragraph may be extended in the territory of the receiving State in accordance with its applicable domestic law.

Article 3

The entry, stay and employment of nationals under this Agreement shall be regulated by the legislation in force in the receiving State.

Article 4

The authorities responsible for the implementation of this Agreement, hereinafter referred to as the “competent bodies”, shall be:

(a) In the Portuguese Republic:

The Ministry of Social Security and Labour; and

(b) In the Federative Republic of Brazil:

The Ministry of Labour and Employment and the Ministry of Justice.

Article 5

The competent bodies shall exchange available information on employment opportunities and the sectors in which such opportunities exist as well as on the availability of workers.

Article 6

1. Nationals of the two Contracting States shall be issued with appropriate visas, as provided for in the legislation in force in the receiving State.

2. The fact that a national of one Contracting State is in the territory of the other Contracting State on the date on which this Agreement is signed shall be deemed to be valid grounds for approval of a visa request at a consular office outside the area of his residence, provided that his status there is legal and that his stay in the Contracting State in which he is located has been regularized.

Article 7

Employed nationals may be accompanied by members of their immediate family, as provided for in the legislation in force in the receiving State.

Article 8

Workers employed under this Agreement shall enjoy the same rights and shall be subject to the same employment obligations applicable to workers who are nationals of the receiving State. They shall also be entitled to the same protection in the implementation of workplace sanitation and occupational safety laws.

Article 9

1. Nationals who are employed pursuant to this Agreement may transfer to their State of origin, in freely convertible currency, the wages earned in the territory of the receiving State, in accordance with the legislation in force in that State.

2. The import and export of personal possessions by the national shall be carried out in accordance with the legislation in force in each Contracting State.

Article 10

The competent bodies of the Contracting States shall exchange information on the relevant provisions of their domestic law governing the entry, stay and employment of foreign citizens, and on their labour law in general.

Article 11

The procedures for the implementation of this Agreement, with respect to the recruitment and selection of workers, shall be subject to the domestic law of each Contracting State.

Article 12

The Contracting States shall establish the administrative mechanisms necessary for the implementation of this Agreement.

Article 13

1. In order to ensure the effective implementation of the provisions of this Agreement and, in particular, of articles 2, 3, 6, 11 and 12 thereof, and in the spirit of the understandings reached during the preparatory work, a high-level Joint Commission, chaired by members of the executive branch of each of the Contracting States, is hereby established.

2. The Contracting States shall agree through the diplomatic channel on the date of the first meeting of the aforementioned Commission, which shall take place in Portugal within 15 days of the entry into force of this Agreement.

3. The Commission shall hold additional meetings every six months, alternating between the territories of the two Contracting States.

Article 14

1. This Agreement shall remain in force for a period of five years and shall be extended automatically for successive one-year periods, unless one of the Contracting States terminates it in writing and through the diplomatic channel, at least six (6) months prior to the end of the current period of validity.

2. Any rights acquired and requests being processed during the period of validity of this Agreement shall not be affected by its termination.

Article 15

This Agreement may be amended at the request of either Contracting State. Amendments shall enter into force as provided for in article 16.

Article 16

This Agreement shall enter into force on the thirtieth day following the date of the second notification, through the diplomatic channel, that the formalities required under the domestic law of the Contracting States have been completed.

Done at Lisbon on 11 July 2003 in duplicate originals in the Portuguese language, both being equally authentic.

For the Federative Republic of Brazil:

CELSO AMORIM

Minister of Foreign Affairs

For the Portuguese Republic:

ANTÓNIO MARTINS DA CRUZ

Minister of Foreign Affairs and Portuguese Communities

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA RÉPUBLIQUE PORTUGAISE RELATIF À L'EMPLOI RÉCIPROQUE DE RESSORTISSANTS

La République fédérative du Brésil et la République portugaise, ci-après dénommées les "États contractants",

Tenant compte du Traité d'amitié, de coopération et de consultation entre la République fédérative du Brésil et la République portugaise, signé à Porto Seguro le 22 avril 2000,

Désireuses de renforcer et d'encourager les liens d'amitié et de coopération unissant déjà leurs deux peuples, et

Conscientes de la nécessité de faciliter les déplacements de leurs nationaux à la recherche d'un emploi sur le territoire des États contractants,

Sont convenues de ce qui suit:

Article premier

1. Le présent Accord s'applique aux citoyens de la République fédérative du Brésil et à ceux de la République portugaise, ci-après dénommés les "nationaux" qui, sur la base de contrats validés par les autorités compétentes de l'État d'accueil, se rendent sur le territoire dudit État pour des durées limitées, en vue d'exercer une activité professionnelle pour le compte de l'autre Partie.

2. Les nationaux des deux États contractants peuvent travailler dans n'importe lequel des domaines qui ne sont pas interdits de façon permanente ou temporaire aux étrangers, suivant les dispositions de la législation en vigueur dans l'État d'accueil.

Article 2

1. Aucun visa n'est délivré, conformément à la législation nationale de l'État d'accueil, pour une période dépassant soixante (60) jours à compter de la date d'achèvement des procédures requises.

2. Les visas délivrés, en conformité avec le paragraphe précédent, peuvent être prolongés sur le territoire de l'État d'accueil conformément aux dispositions de la législation interne applicables.

Article 3

L'entrée, le séjour et l'emploi des nationaux, visés par le présent Accord, sont régis par la législation en vigueur dans l'État d'accueil.

Article 4

Les autorités chargées de la mise en oeuvre du présent Accord, ci-après dénommées “les organismes compétents” sont:

- a) pour la République portugaise: le Ministère de la Sécurité sociale et du travail;
- b) pour la République fédérative du Brésil: le Ministère de la Sécurité sociale et de l'emploi et le Ministère de la Justice.

Article 5

Les organismes compétents échangent les renseignements dont ils disposent sur les possibilités d'emploi et les secteurs dans lesquels ces possibilités existent, ainsi que sur les ressources humaines disponibles.

Article 6

1. Les nationaux des deux États contractants reçoivent des visas adéquats, comme prévu par la législation en vigueur dans l'État d'accueil.

2. Le fait qu'un national d'un État contractant se trouve sur le territoire de l'autre État contractant à la date à laquelle est signé le présent Accord est considéré comme constituant une raison valable pour l'approbation d'une demande de visa déposée auprès d'un service consulaire situé en dehors de sa zone de résidence, à condition que l'intéressé y soit en situation régulière et que son séjour dans l'État dans lequel il se trouve ait été régularisé.

Article 7

Les nationaux concernés peuvent être accompagnés par des membres de leur famille immédiate, aux termes de la législation en vigueur dans l'État d'accueil.

Article 8

Les nationaux employés au titre du présent Accord jouissent des mêmes droits et sont assujettis aux mêmes obligations que les salariés qui sont des nationaux de l'État d'accueil. Ils ont également droit à la même protection en matière de législation du travail dans ce dernier de l'hygiène et de la sécurité sur le lieu de travail.

Article 9

1. Les nationaux, qui sont salariés au titre du présent Accord, peuvent transférer dans leur État d'origine, en devises librement convertibles, les gains acquis sur le territoire de l'État d'accueil, conformément à la législation en vigueur dans ce dernier.

2. L'importation et l'exportation de biens personnels par le national concerné sont effectuées conformément aux dispositions de la législation en vigueur dans chaque État contractant.

Article 10

Les organismes compétents des États contractants échangent des informations sur les dispositions pertinentes de leur législation interne régissant l'entrée, le séjour et l'emploi des étrangers et sur leur législation du travail en général.

Article 11

Les procédures à suivre pour la mise en oeuvre du présent Accord, en ce qui concerne le recrutement et la sélection des travailleurs, relèvent de la législation interne de chaque État contractant.

Article 12

Les États contractants mettent en place les mécanismes administratifs nécessaires pour l'exécution du présent Accord.

Article 13

1. Pour garantir l'efficacité de l'application des dispositions du présent Accord et notamment de ses articles 2, 3, 6, 11 et 12, et dans l'esprit des arrangements définis au cours des activités préparatoires, une commission mixte de haut niveau, présidée par des membres de l'exécutif de chacun des États contractants, est créée.

2. Les États contractants conviennent par la voie diplomatique de la date de la première réunion de ladite commission, qui se tiendra au Portugal dans les quinze jours qui suivent l'entrée en vigueur du présent Accord.

3. La Commission organise des réunions supplémentaires qui ont lieu tous les six mois à tour de rôle dans chacun des États contractants.

Article 14

1. Le présent Accord est valide pendant cinq ans et il est prorogé automatiquement par la suite pour des périodes d'un an, à moins que l'un des États contractants le dénonce par une notification écrite acheminée par la voie diplomatique au moins six (6) mois avant la fin de la période de validité concernée.

2. Les droits acquis et les demandes en cours de traitement ne sont pas affectés par sa dénonciation.

Article 15

Le présent Accord peut être amendé, à la demande de l'un ou l'autre des États contractants. Les amendements entrent en vigueur comme stipulé à l'article 16.

Article 16

Le présent Accord entrera en vigueur le trentième (30ème) jour qui suit la date de la seconde notification adressée par la voie diplomatique, spécifiant que les formalités requises par la législation nationale des États contractants sont terminées.

Fait à Lisbonne le 11 juillet 2003, en deux exemplaires originaux en portugais, les deux textes faisant également foi.

Pour la République fédérative du Brésil:

CELSO AMORIM

Ministre des Affaires étrangères

Pour la République portugaise:

ANTÓNIO MARTINS DA CRUZ

Ministre des Affaires étrangères et de la Communauté portugaise